

Orçamento e Grandes Opções do Plano - 2005

1. Introdução

São passadas quase três décadas sobre a instituição do poder local democrático e ninguém tem dúvidas de que tem tido um papel fundamental na construção da nossa democracia.

Contribuiu eficazmente para a formação de consensos básicos, foi uma magnífica escola permanente de práticas democráticas e o instrumento mais eficaz quando a sociedade teve de suportar os custos de necessidades básicas.

Ao longo destes anos, as Autarquias Locais, em particular os Municípios, viram as suas competências alargadas por sucessivas descentralizações operadas a partir da Administração Central.

Nem sempre estas transferências de competências foram pacíficas, pois, não envolveram os recursos financeiros adequados ao seu exercício, que são fixados por acto unilateral da Administração Central.

As autarquias têm exercido a sua actividade com grande mérito, sendo hoje unanimemente reconhecido que o Poder Local é, em larga medida, responsável pelo surto de progresso sentido em todo o país depois do 25 de Abril.

Muitas localidades não tinham sequer energia eléctrica e o saneamento básico ou o abastecimento domiciliário de água eram vistos como luxos.

A primeira batalha das autarquias locais democraticamente eleitas foi a das infra-estruturas básicas, aquelas que não se vêem, mas que são fundamentais para o progresso de um povo. A pouco e pouco, na altura sem os fundos comunitários, os eleitos locais construíram pacientemente os equipamentos de que o país carecia.

Terminada, em parte, esta fase, as autarquias enfrentam novos desafios.

As populações são mais exigentes, esperam que sejam tomadas medidas que satisfaçam novos problemas sociais em áreas tão sensíveis como o apoio social aos mais carenciados, a cultura, o desporto e tempos livres, a protecção civil e segurança pública, a educação, a saúde, a defesa do meio ambiente, as comunicações e os transportes, o desenvolvimento económico sustentável e a promoção do emprego.

De todas as tarefas políticas, o exercício de funções autárquicas é aquela que maior exigência contém, que está mais perto dos cidadãos, vivendo os eleitos locais diariamente as dificuldades, os anseios e as esperanças dos seus munícipes.

Todos concordam que a proximidade aos cidadãos, que o poder autárquico tem, é crucial para trabalhar adequadamente e em conjunto com as populações em determinados serviços básicos: a educação pré-escolar, o ensino básico, a habitação, a assistência social, a segurança pública requerem uma atenção pormenorizada, quase personalizada, que só as autarquias locais podem dar.

A experiência demonstra que uma acção municipal atenta é muito mais eficaz para resolver os problemas relacionados com a imigração, a exclusão social, as crianças em risco que mil leis do Governo Central.

2. Restrições Orçamentais

Tudo o que fazem as autarquias tem a ver directamente com o bem-estar das populações; todavia, não têm todas as competências e atribuições que esta acção de proximidade requeria nem os recursos necessários.

Apesar da sua escassez de recursos financeiros, têm funções supletivas em áreas que são da responsabilidade do Poder Central.

Uma grande percentagem das despesas feitas pelas autarquias corresponde a essas tarefas, mas muitas delas não são subsidiadas ou comparticipadas pelo Poder Central.

O poder autárquico é o parente pobre da administração pública. Deveria ser um objectivo aumentar o seu poder financeiro quando está aberto o debate sobre a reforma da Lei das Finanças Locais.

O Orçamento de Estado para 2005 mantém restrições, quebra a solidariedade recíproca e a proporcionalidade entre a Administração Central e Local, guardando o Governo Central para si toda a capacidade de endividamento disponível, enquanto que para os Municípios sobra praticamente o endividamento zero.

O montante de aumento dos Fundos Municipais, no valor de 2% para o ano de 2005, constituirá um importante factor de contenção na dinâmica dos nossos investimentos e realização de obras, sendo coarctada a actividade dinamizadora e o efectivo progresso social das populações.

Nunca será demais enfatizar os prejuízos directos que advirão das restrições orçamentais propostas pelo Governo, estando o Executivo Municipal e as Juntas de Freguesia impossibilitadas de concretizar novas infra-estruturas e equipamentos fundamentais para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos.

Na verdade, está fixado o saldo nulo entre novos empréstimos e amortizações efectuadas, embora com as excepções criadas para obras co-financiadas por fundos comunitários.

3. O Concelho de Águeda no Século XXI

Situação Socio-Económica Actual – Desafios e Potencialidades

O Concelho de Águeda é hoje um território excelente, com cerca de 340 Km², englobando 20 freguesias, com uma população superior a 49.000 habitantes, distribuídos entre as actividades dos sectores primário, secundário e terciário.

A população, vinda dos mais diversos lugares, tem apresentado uma tendência de crescimento, registando-se em 1991 um valor de 44.045 habitantes, que aumentou para 49.041 habitantes em 2001.

A Freguesia de Águeda apresenta a maior concentração populacional, em contraste com Macieira de Alcoba, Agadão e Belazaima do Chão, que

possuem menores aglomerados populacionais, sendo freguesias da zona serrana e com carácter rural.

A nossa economia está baseada principalmente na indústria transformadora, sector que emprega aproximadamente metade da população activa residente, constatando-se a predominância da indústria metalúrgica, seguida do sector da cerâmica.

Importante é ainda a fabricação de velocípedes e as indústrias transformadoras não especificadas, como o sector do mobiliário metálico, com grande dinâmica em termos de inovação e tecnologia.

O sector secundário tem algumas empresas bem inseridas na competitividade e produtividade à escala nacional e até global.

No nosso Concelho criou-se há muito um espírito empreendedor e construtivo, existindo cerca de 750 empresas, empregando 14.300 pessoas, com um volume de vendas que, no ano de 2001, atingiu 702.641 milhares de euros só na indústria transformadora.

As maiores debilidades das empresas situam-se ao nível da gestão estratégica, da qualificação dos recursos humanos, da inovação tecnológica e organizacional, da gestão da informação, do posicionamento nas redes de comercialização e cooperação empresarial e na dimensão, sendo muitas delas pequenas e médias empresas.

A crise financeira de importantes empresas em sectores tradicionais, como as motorizadas e os têxteis, a debilidade dos serviços e estruturas de apoio às actividades produtivas, não obstante o papel muito importante desempenhado

pelas associações empresariais, gerou algumas perdas de postos de trabalho e situações críticas no plano social.

A disponibilidade e a oferta de espaços para localização das empresas no nosso concelho apresentam duas fases no seu processo evolutivo, com diversos graus de qualificação e diferentes benefícios para o ordenamento e desenvolvimento económico e social do nosso espaço territorial.

As primeiras unidades industriais do concelho nasceram dispersas, interligadas com as zonas habitacionais e com o mundo rural, num sistema tecido de pequenas unidades fabris, algumas de indústria doméstica e artesanal.

Nos últimos anos, tem-se assistido à deslocalização e aglomeração planeada de empresas já em laboração e à implantação de outras em parques e zonas industriais, territórios e áreas de tipologias diversas, consoante o seu grau de ordenamento, a existência de infra-estruturas, de saneamento, vias de comunicação, telecomunicações e serviços de base.

É preocupação da Câmara Municipal a deslocalização das empresas para as zonas industriais, seguindo um processo pacífico e natural.

O Plano Director Municipal é muito limitativo no crescimento das empresas existentes em zonas habitacionais e as novas exigências de licenciamento industrial impõe a mudança para novos espaços.

As seis zonas industriais do concelho (EN1-Norte, EN1-Sul, Giesteira/Assequins, Fermentelos, Macinhata do Vouga, Almas da Areosa) têm uma área de 1.017 hectares, registando-se uma ocupação de apenas 327 hectares.

A transformação das actuais zonas industriais em verdadeiras **áreas de localização empresarial** é um objectivo imprescindível à captação de projectos de investimento directo estrangeiro, à atracção de novas empresas com maior produtividade e valor acrescentado, ao incremento da produtividade, bem como à consolidação e revitalização do nosso tecido empresarial, melhorando o ordenamento do território, eliminando a pressão sobre o tecido urbano das actividades industriais nele ainda instaladas.

O enquadramento legal existente e a estrutura fundiária em propriedade particular dos terrenos das zonas industriais tornam muito difíceis, quase inadequados e inexecutáveis, os processos de intervenção da autarquia em operações de urbanização.

O futuro da construção de verdadeiras **áreas de localização empresarial** tem forçosamente que passar pela existência de parcerias com sociedades gestoras, especificadamente constituídas, com estrutura de capital privado, público ou misto, adequada à sua função, racionalizando investimentos, reduzindo custos de operação e manutenção, contemplando mecanismos de actuação concertada das empresas e demais entidades aí instaladas.

Os rigorosos processos de licenciamento a que as indústrias estão sujeitas seriam mais fáceis, as crescentes exigências ambientais estariam asseguradas, as plataformas comuns para o desenvolvimento efectivo da competitividade das empresas estariam criadas e garantidos os critérios de eficiência na utilização global desses espaços territoriais.

4. Opções estratégicas, objectivos gerais, domínios de intervenção, linhas prioritárias e metodologias do Orçamento e Plano de Actividades - 2005

As opções estratégicas, metodologias, objectivos gerais, domínios de intervenção e linhas prioritárias que presidiram ao Orçamento e Plano de Actividades para 2005 têm por base a situação e visão do Concelho de Águeda acima expostas nos seus traços gerais e uma grande ambição de futuro.

O nosso compromisso é com o progresso do nosso concelho e com o bem-estar dos que aqui vivem e trabalham.

Todas as decisões de afectação de recursos são condicionadas por factores de ordem social, cultural e política, importando realçar que as escolhas feitas, qualquer escolha, implica necessariamente o custo de uma utilização alternativa ser sacrificada.

Uma das principais preocupações do Executivo Municipal de Águeda, o grande objectivo estratégico, é contribuir decisivamente para o desenvolvimento sustentável do nosso concelho, apoiando a liderança, a iniciativa, o arrojo, as capacidades e vontade de fazer dos nossos munícipes.

Seguidamente, salientamos os seguintes objectivos gerais, as linhas prioritárias e os principais domínios de intervenção:

1. Proporcionar o acesso das populações aos serviços universais básicos – abastecimento de água, saneamento, acessibilidades;
2. Qualificar as infra-estruturas de mobilidade e os espaços urbanos;
3. Dotar as comunidades locais com os equipamentos de natureza social e cultural e de utilização colectiva necessários a uma melhor qualidade de vida;

4. Afirmar o potencial produtivo específico do nosso concelho, a mais valia do território e a sua posição geo-económica ;
5. Requalificar e reestruturar as zonas industriais;
6. Melhorar a qualidade e a equidade de acesso na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, reforçando os apoios à acção social escolar, com programas de apoio na alimentação, transportes, auxílios económicos para aquisição de material pedagógico, bolsas de estudo e prémios;
7. Ter cidadãos informados e participantes, recursos humanos qualificados, assegurando elevados níveis de cidadania;
8. Apoiar os extractos sociais mais desfavorecidos, em parceria com as Juntas de Freguesia, IPSS e outras entidades, recuperando habitações degradadas, combatendo o abandono escolar e a exclusão social;
9. Estabelecer protocolos com as Juntas de Freguesia, delegando competências e recursos materiais, para a realização de actividades e obras de conservação, limpeza, manutenção e gestão de equipamentos públicos, edifícios, parques e jardins;
10. Promover a coesão social e uma economia competitiva, inovadora e solidária;
11. Colaborar na protecção de pessoas e bens;
12. Melhorar a qualidade e equidade de acesso aos sistemas locais de saúde;
13. Promover a prática do desporto;
14. Reforçar os apoios à política da juventude, em colaboração com as associações juvenis, as escolas, incluindo o sector universitário;
15. Incentivar a sociedade da informação, a inovação, a promoção da cultura;

16. Prosseguir na melhoria das acessibilidades e transportes;
17. Valorizar e preservar os recursos naturais, o ambiente, a qualidade da água, o desenvolvimento rural, as paisagens serranas, o potencial turístico, o património histórico e cultural;
18. Consolidar uma administração autárquica de maior acessibilidade ao cidadão, com estruturas de atendimento e receptividade positivas, com uma relação custo/benefício adaptada, com uma base informática sólida que permita a celeridade e a gestão correcta dos processos de decisão.

Conforme fica reafirmado, estamos a consolidar uma administração autárquica que, de uma forma inteligente, responda a uma sociedade que se torna cada vez mais exigente por um serviço que deve ser a sua referência de marca, que põe a qualidade na ordem do dia, com novos parâmetros e qualificadas competências.

A partir dos números deste Orçamento e Plano de Actividades, dos valores das receitas e das despesas, é possível concretizar os critérios, os objectivos, as linhas prioritárias de intervenção que presidiram à afectação dos recursos disponíveis.

Como ponto de partida, analisámos minuciosamente as diversas soluções possíveis, a preferência da comunidade por certos bens e serviços; identificámos as principais necessidades, os custos e os benefícios, procurámos determinar a eficácia das intervenções prioritárias e os resultados esperados.

A responsabilidade prevalente pela decisão final cabe à Assembleia Municipal.

Decidimos, com o precioso auxílio das equipas que conduziram tecnicamente a elaboração deste Orçamento e Plano, aquilo que julgámos ser a melhor afectação dos recursos financeiros; procurámos que o processo de tomada de decisão fosse o mais alargado e consistente possível.

Justificámos as prioridades definidas numa análise de relevância de acordo com os objectivos estratégicos e globais acima definidos, focando a competitividade e o desenvolvimento do nosso Concelho, numa perspectiva dinâmica das necessidades mais prementes, procurando encontrar soluções para os bloqueios existentes.

Sem triunfalismo, todos juntos, os responsáveis do Município e das Freguesias, ao menos todos os que quiseram colaborar, procurámos, numa relação de solidariedade e mediação de alguns conflitos, identificar os principais problemas a serem resolvidos, estabelecer uma hierarquia das urgências e dos investimentos, examinar a sua compatibilidade com os recursos disponíveis - já que não está na nossa mão poder aumentá-los - e satisfazer algumas das necessidades reais das populações, constituindo o Orçamento e o Plano de Actividades o produto final desse trabalho e reflexão colectiva.

Os objectivos estratégicos estão assumidos, os domínios de intervenção estão identificados, as análises e o diagnóstico estão feitos e a sua programação está materializada e contabilizada no Orçamento e Plano de Actividades.

Sabemos que ainda há muito por fazer, há carências prementes, que, pelo seu carácter e pela sua natureza, se traduzem em objectivos prioritariamente assumidos neste Orçamento e Plano.

As áreas e as obras que devem ser realizadas com a intervenção conjunta entre instâncias do Poder Central ou Regional, através de instrumentos inscritos no QCA, no PIDDAC e nos contratos-programa estão dotadas com verbas estimadas, prevendo a sua concretização, pois, ainda não se conhece completamente o quadro das nossas obrigações e a respectiva repartição de recursos financeiros.

Segundo as propostas aprovadas pelo Executivo Municipal, que se submetem à discussão e votação da Assembleia Municipal, prevê-se de receita corrente 19.770.343,00 Euros, de receita de capital 20.205.671,00 Euros, de despesa corrente 15.051.550,00 Euros, e de despesa de capital 24.924.464,00 Euros, que perfaz um total de Orçamento de 39.976.014,00 Euros.

Relativamente aos investimentos encontram-se distribuídos pelos seguintes objectivos:

- Educação	4.613.800,00 €
- Cultura, Desporto e Lazer	5.081.500,00 €
- Acção Social e Saúde	555.000,00 €
- Habitação e Urbanização	6.831.904,00 €
- Saneamento e Salubridade	5.326.360,00 €
- Protecção Civil	222.000,00 €
- Desenvolvimento Económico	1.268.000,00 €
- Transportes e Comunicações	3.047.700,00 €
- Defesa do Meio Ambiente	814.000,00 €
- Equipamentos	927.800,00 €
- Outras funções	74 500,00 €